

SPE INOVA BH S.A.

CNPJ/MF Nº 16.543.194/0001-01

objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e conta reserva. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial com a dívida líquida. Os índices de endividamento podem ser assim resumidos:

	2014	2013
Total de financiamentos.....	150.529	102.045
Menos caixa e equivalente de caixa	(15.188)	(524)
Menos fundo restrito	(2.439)	
Dívida líquida.....	132.902	101.521
Total do patrimônio líquido.....	47.489	25.786
Total do capital	180.391	127.307
Índice de alavancagem financeira	74%	80%

5 Instrumentos financeiros por categoria

	2014	2013
Empréstimos e recebíveis		
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa	15.188	524
Ativo financeiro da concessão	226.153	131.817
Fundo restrito	2.439	
	243.780	132.341

Outros passivos financeiros

	2014	2013
Passivos, conforme o balanço patrimonial		
Financiamentos	150.529	102.045
Fornecedores, outras contas a pagar e partes relacionadas	7.251	15.866
	157.780	117.911

6 Caixa e equivalentes de caixa

	2014	2013
Caixa e bancos	3.066	55
Aplicações financeiras (*)	12.122	469
	15.188	524

(*) Referem-se a certificado de depósito bancários, remunerados em torno de 100% do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), com liquidez imediata.

7 Ativo financeiro da concessão – Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possui o montante de R\$ 106.892 (R\$ 131.817 em 31 de dezembro de 2013), referente à parcela da contraprestação pública devida pelo Poder Concedente em virtude da realização das obras de infraestrutura das UMEIs e EMEFs e o montante de R\$ 119.261 referente aos serviços prestados de apoio. Até 30 de setembro de 2015, o Poder Concedente pagará R\$ 94.112, sendo R\$ 79.332 mediante aporte público e R\$ 14.780 mediante o recebimento da contraprestação mensal. O saldo remanescente no montante de R\$ 132.041 será amortizado da seguinte forma: R\$ 27.560 pelo recebimento da contraprestação pública devida pelo poder concedente e R\$ 104.481 pelo recebimento da contraprestação mensal, que deverá ocorrer ao longo da concessão. O saldo do ativo financeiro da concessão compreende as parcelas citadas a seguir:

	2014	2013
Direitos a faturar (*)	221.550	122.378
Faturas emitidas ao poder concedente – Serviços de construção (**)	2.490	9.439
Faturas emitidas ao poder concedente – Contraprestação mensal (***)	2.113	
	226.153	131.817
Ativo circulante	(94.112)	(102.061)
Ativo não circulante	132.041	29.756

(*) Compreende a receita de infraestrutura calculada com base no custo total incorrido, acrescido de margem de construção, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro. (**) Refere-se às notas fiscais emitidas para o Poder Concedente em virtude da entrega das UMEIs e EMEFs. (***) Refere-se às notas fiscais emitidas para o Poder Concedente em virtude dos serviços prestados de apoio.

(i) Prazo de recebimento

	2014	2013
2016	18.387	29.756
2017	19.614	
2018	20.896	
2019	22.302	
2020	23.740	
2021	27.102	
	132.042	29.756

8 Estoques

	2014	2013
Materiais para construção da infraestrutura	2.326	8.786
Materiais em poder de terceiros	2.067	439
Outros	133	215
	4.526	9.440

9 Fundo restrito – O montante de R\$ 2.439 é mantido como garantia ao pagamento dos juros e principal da dívida (Nota 11), conforme previsto nos contratos firmados entre a Companhia e a instituição financeira Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais ("BDMG").

10 Imobilizado

	Máquinas, equipamentos e instalações			Móveis e utensílios	Total
	Edificações e benfeitorias				
Custo	182	9	72		263
Depreciação	(6)	(4)	(1)		(11)
Em 31/12/2013	176	5	71		252
Aquisições		87	49		136
Depreciação	(7)	(13)	(9)		(29)
Saldo contábil	169	79	111		359
Custo	182	96	121		399
Depreciação	(13)	(17)	(10)		(40)
Em 31/12/2014	169	79	111		359
Taxas anuais de depreciação (%)	10 a 20		10		

11 Financiamentos. (i) Composição

Moeda nacional	Moeda	Encargos financeiros anuais	2014	2013
BDMG (*)	R\$	110% a 130% do CDI	48.050	102.045
BDMG (**)	R\$	3% + TJLP	102.479	
			150.529	102.045
Passivo circulante			(48.050)	(53.889)
Passivo não circulante			102.479	48.156

(*) Em 10 de abril de 2013, a Companhia assinou um contrato de financiamento com o BDMG no valor total de R\$ 96.000, sendo liberado em duas parcelas, conforme descrito abaixo: 1ª Parcela: R\$ 50.000, com vencimento em 180 dias após a liberação dos recursos, prazo posteriormente prorrogado para o dia 7 de fevereiro de 2014. Sobre o valor total do saldo devido incidir juros anual a taxa efetiva de 109,61% da variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interbancários ("DIs"), após o aditamento, a taxa anual aumentou para 130%. Em 23 de janeiro de 2014 a Companhia liquidou a 1ª Parcela. 2ª Parcela: R\$ 46.000, com vencimento em 1.080 dias após a primeira liberação e taxa de juros efetiva anual de 123% da variação acumulada das médias dos DIs. Foi liquidado até a presente data o montante de R\$ 39.413, onde, R\$ 35.402 refere-se à amortização do principal e R\$ 4.011 a liquidação parcial dos juros. O saldo da dívida em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 11.412. (**) Em 30 de dezembro de 2013, a Companhia assinou contrato de financiamento de longo prazo com o BDMG, por meio do qual serão repassados recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, cujo valor total contratado foi de R\$ 137.014, dividido em dois subcréditos, nos seguintes valores: • Subcrédito A: no valor de R\$ 93.957, foi totalmente liberado e será amortizado em 126 meses, sendo as prestações mensais e sucessivas, vencendo a primeira prestação no dia 15 imediatamente subsequente ao término do prazo de carência de 18 meses. • Subcrédito B: no valor de R\$ 43.057, foi totalmente liberado e será amortizado em

uma prestação única, vencendo no dia 15 do mês subsequente ao término do prazo de carência de 18 meses. A taxa de juros é de 3,00% a.a. acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), divulgada pelo Banco Central do Brasil. A captação destina-se ao projeto de realização das obras de infraestrutura e implantação das 37 (trinta e sete) unidades escolares da rede municipal de educação básica do município de Belo Horizonte. O financiamento possui vencimento final em janeiro de 2026. (ii) **Garantias** – Para garantir o cumprimento da obrigação contraída junto ao BDMG, a Companhia, além de dar em Penhor ao BDMG 100% das ações de sua emissão, cedeu e transferiu fiduciariamente em garantia ao BDMG os seguintes itens: • os direitos creditórios da caução em dinheiro, no valor de R\$ 50.000, constituída pelo Poder Concedente e atualmente mantida junto ao Banco do Brasil (Agente Fiduciário); e • o penhor no valor de R\$ 50.000 constituído pela PBH Ativos S.A. ("PBH"), que tem por objeto parcela dos créditos detidos pela PBH em face da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA, créditos esses que deverão ser depositados mensalmente na conta vinculada de titularidade da PBH. (iii) **Prazo de vencimento** – O montante não circulante tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2014	2013
2016	18.491	48.156
2017	8.425	
2018	10.050	
2019	11.989	
2020	14.305	
2021	17.073	
2022	20.384	
2023	1.762	
	102.479	48.156

(iv) Movimentação

Captação de empréstimo 96.000

Juros provisionados 6.045

Saldo em 31 de dezembro de 2013 102.045

Captação de empréstimo 137.014

Juros provisionados 11.352

Juros pagos (14.480)

Amortização (85.402)

Saldo em 31 de dezembro de 2014 150.529

12 Fornecedores – O saldo de fornecedores e outras contas a pagar no montante de R\$ 7.251 (R\$ 7.581 em 31 de dezembro de 2013) é representado, substancialmente, pela contratação de subempreiteiros e pelas compras de estoques de materiais para a construção da infraestrutura do contrato de concessão e da Companhia.

13 Impostos, taxas e contribuições

	2014	2013
PIS (*)	1.251	158
COFINS (*)	5.764	727
Impostos retidos de terceiros	532	1.438
	7.547	2.323
	(532)	(1.438)
	7.015	885

Passivo circulante

Passivo não circulante

(*) Referem-se aos tributos incidentes sobre as receitas faturadas ao poder concedente nas entregas das UMEIs. Em virtude da Lei 12.766/2012, estes tributos serão devidos ao longo da concessão, a lei permite a exclusão da receita de construção da infraestrutura da base de cálculo desses tributos, de forma que ela seja computada na proporção em que o custo para a realização da obra e aquisição de bens reversíveis seja realizado, inclusive mediante depreciação ou extinção da concessão.

14 Partes relacionadas

	2014		2013	
	Ativos	Resultado	Ativos	Passivos
Adiantamento a fornecedores (*)	5.000		16.425	
Mútuo (**)		67		8.285
	5.000	67	16.425	8.285

(*) Referem-se aos adiantamentos e pagamentos para a construção da infraestrutura concedidos para a Construtora Norberto Odebrecht S.A. ("CNO"). (**) Referem-se a juros sobre mútuo com a CNO. **a) Honorários de administração** – A remuneração paga aos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, totalizou o montante de R\$ 410 (R\$ 231 em 31 de dezembro de 2013).

15 Tributos diferidos e tributos sobre a contraprestação. (a) Tributos sobre a contraprestação

	2014	2013
ISS	10.909	2.448
PIS	3.648	2.021
COFINS	16.798	9.306
	31.355	13.775

(*) Referem-se aos adiantamentos e pagamentos para a construção da infraestrutura concedidos para a Construtora Norberto Odebrecht S.A. ("CNO"). (**) Referem-se a juros sobre mútuo com a CNO. **a) Honorários de administração** – A remuneração paga aos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, totalizou o montante de R\$ 410 (R\$ 231 em 31 de dezembro de 2013).

15 Tributos diferidos e tributos sobre a contraprestação. (a) Tributos sobre a contraprestação

	2014	2013
Lucro (Prejuízo) antes dos tributos	32.886	6.518
Imposto de renda (IR) e contribuição social (CS) – 34%	(11.182)	(2.215)
Prejuízos fiscais		1.296
Exclusões (adições) permanentes, líquidas	(1)	
Encargo fiscal	(11.183)	(919)

(b) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição

	2014	2013
Lucro (Prejuízo) antes dos tributos	32.886	6.518
Imposto de renda (IR) e contribuição social (CS) – 34%	(11.182)	(2.215)
Prejuízos fiscais		1.296
Exclusões (adições) permanentes, líquidas	(1)	
Encargo fiscal	(11.183)	(919)

(c) Composição da despesa de imposto de renda e da contribuição

	2014	2013
Ativo (passivo) fiscal diferido		
Prejuízo fiscal e base negativa	(6.404)	(3.706)
Adequação Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09	(6.974)	1.384
Outros	25.481	3.241
	12.102	919
Ativo fiscal diferido – não circulante	78.027	39.247
Passivo fiscal diferido – não circulante	(90.129)	(40.167)
	(12.102)	(919)

16 Patrimônio Líquido. (a) Capital Social – O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 24.000 (R\$ 24.000 em 31 de dezembro de 2013), subscrito e integralizado por pessoas jurídicas nacionais, representado por 24.000.000 (24.000.000 em 31 de dezembro de 2013) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. A composição acionária e do capital social é a seguinte:

	Capital	Ações nominativas	Participação (%)
Odebrecht Properties S.A. ("OP")	23.850	23.850.000	99,38
Construtora Norberto Odebrecht			
Brasil S.A. ("CNOBR")	150	150.000	0,62
	24.000	24.000.000	100,00

(b) **Apropriações do lucro** – De acordo com o estatuto social, as importâncias apropriadas às reservas de lucros são determinadas como descrito abaixo: (i) **Reserva legal** – A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social ou até que o saldo dessa reserva, acrescido do montante de reserva de capital, exceda 30% do capital social. A Companhia constituiu em 2014 reserva legal no valor de R\$ 1.085. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. (ii) **Reserva especial** – A Administração da Companhia, seguindo instruções dos acionistas, com vistas a evitar o comprometimento da gestão de caixa e equivalente de caixa da entidade conforme o seu plano de investimento, destinou em 2014 a parcela de 25% do lucro líquido ajustado equivalente ao dividendo mínimo obrigatório no valor de R\$ 5.154, para a constituição da reserva especial, conforme art. 202, § 4º, da Lei 6.404/76. (iii) **Reserva de realização de investimentos** – A Administração da Companhia, seguindo instruções dos acionistas, constituiu essa reserva em 2014 no montante de R\$ 15.463, excedente da destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, após a distribuição dos dividendos e da constituição da reserva legal em função do artigo 199 da Lei nº 11.638/07, que determina que o saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social.

(b) **Apropriações do lucro** – De acordo com o estatuto social, as importâncias apropriadas às reservas de lucros são determinadas como descrito abaixo: (i) **Reserva legal** – A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social ou até que o saldo dessa reserva, acrescido do montante de reserva de capital, exceda 30% do capital social. A Companhia constituiu em 2014 reserva legal no valor de R\$ 1.085. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. (ii) **Reserva especial** – A Administração da Companhia, seguindo instruções dos acionistas, com vistas a evitar o comprometimento da gestão de caixa e equivalente de caixa da entidade conforme o seu plano de investimento, destinou em 2014 a parcela de 25% do lucro líquido ajustado equivalente ao dividendo mínimo obrigatório no valor de R\$ 5.154, para a constituição da reserva especial, conforme art. 202, § 4º, da Lei 6.404/76. (iii) **Reserva de realização de investimentos** – A Administração da Companhia, seguindo instruções dos acionistas, constituiu essa reserva em 2014 no montante de R\$ 15.463, excedente da destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, após a distribuição dos dividendos e da constituição da reserva legal em função do artigo 199 da Lei nº 11.638/07, que determina que o saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social.

(b) **Apropriações do lucro** – De acordo com o estatuto social, as importâncias apropriadas às reservas de lucros são determinadas como descrito abaixo: (i) **Reserva legal** – A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social ou até que o saldo dessa reserva, acrescido do montante de reserva de capital, exceda 30% do capital social. A Companhia constituiu em 2014 reserva legal no valor de R\$ 1.085. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. (ii) **Reserva especial** – A Administração da Companhia, seguindo instruções dos acionistas, com vistas a evitar o comprometimento da gestão de caixa e equivalente de caixa da entidade conforme o seu plano de investimento, destinou em 2014 a parcela de 25% do lucro líquido ajustado equivalente ao dividendo mínimo obrigatório no valor de R\$ 5.154, para a constituição da reserva especial, conforme art. 202, § 4º, da Lei 6.404/76. (iii) **Reserva de realização de investimentos** – A Administração da Companhia, seguindo instruções dos acionistas, constituiu essa reserva em 2014 no montante de R\$ 15.463, excedente da destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, após a distribuição dos dividendos e da constituição da reserva legal em função do artigo 199 da Lei nº 11.638/07, que determina que o saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social.

17 Receitas

	2014	2013
Operações continuadas		
Receita de construção da infraestrutura	141.553	126.842
Receita de contraprestação mensal	14.219	
Atualização do ativo financeiro	29.501	1.325
Impostos e contribuições sobre receitas	(32.095)	(14.409)
Receita líquida de serviços	153.178	113.758

18 Custos

	2014	2013
Custos operacionais		
Custo com serviços de vigilância, limpeza, manutenção e lavanderia – escolas	(5.058)	
Custos de infraestrutura		
Custo de serviços – subempreiteiros	(69.407)	(85.959)
Material aplicado na obra	(25.908)	(10.298)
Juros sobre empréstimo	(11.352)	(6.045)
Outros custos	(3.071)	(2.406)
	(109.738)	(104.708)

19 Despesas gerais e administrativas

	2014	2013
Despesas com pessoal	(2.357)	(833)
Manutenção de escritório	(516)	(327)
Serviços de terceiros	(1.249)	(308)
Aluguéis	(1.309)	(283)
Despesas com viagem	(207)	(237)
Seguros	(435)	(286)
Outros	(155)	(202)
	(6.228)	(2.476)

20 Resultado financeiro, líquido

|--|--|